



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Diário Económico, de Portugal
Publicada em 30 de novembro de 2009**

Jornalista: O Brasil está na moda?

Presidente: Em um recente evento sobre investimentos no Brasil, em Londres, o presidente do Banco Santander, Emilio Botin, usou exatamente a mesma expressão, em espanhol, disse que “el Brasil está de moda”. É agradável ouvir esse tipo de avaliação, mas não podemos nos iludir com os elogios, até porque modas são passageiras, e o Brasil chegou no nível atual para ficar, como resultado de décadas de trabalho dos brasileiros. O Brasil de hoje tem uma solidez institucional e econômica que vai muito além de qualquer moda. Construímos um país urbano e moderno, consolidamos a democracia, derrotamos a inflação, que desorganizava as nossas vidas, e estamos obtendo vitórias importantes nos últimos anos no combate à pobreza e à desigualdade social.

Temos ainda muito trabalho pela frente, sobretudo para superar a pobreza e para construir uma sociedade mais justa. Mas contamos com uma base sólida, que vem garantindo um crescimento sustentável e que ajudou o País a superar a crise sem grandes sobressaltos. Nessa base, a grande novidade é a nova classe média, que nos últimos sete anos incorporou 21 milhões de brasileiros. Essa nova classe média é parte da explicação para a grande resistência da economia brasileira à crise. Foi graças à vitalidade e à capacidade de consumo desse grupo de brasileiros que pudemos manter a economia funcionando enquanto a crise afetava duramente a geração de empregos, a renda e o consumo na maior parte dos países, em especial nos países ricos. Somente este ano, já geramos mais de um milhão de empregos



formais, o que comprova nossa afirmação de que fomos um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela.

Jornalista: Qual vai ser a importância dos Jogos Olímpicos e do Campeonato Mundial de Futebol para o Brasil?

Presidente: Naqueles momentos de grande emoção que vivemos logo após o anúncio, em Copenhague, da escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, liguei, ainda do auditório, para o meu vice-presidente, José Alencar, para compartilhar aquela alegria. Lembro que a primeira coisa que disse a ele foi: conquistamos a nossa cidadania internacional. Com isso, quero dizer que o efeito simbólico daquela vitória foi enorme, mas também vem acompanhado de uma grande responsabilidade, que é a de organizar esses dois eventos com o sabor especial e com a qualidade que se espera de um país como o Brasil. Estamos prontos para enfrentar esse desafio, e estou convencido de que sediaremos uma Copa do Mundo e Jogos Olímpicos inesquecíveis.

Em matéria de Copa do Mundo já estamos trabalhando há algum tempo na coordenação entre os diferentes níveis de Governo e demais setores envolvidos, e começamos a fazer o mesmo na preparação para os Jogos Olímpicos. Para nós, a importância de organizar os dois eventos tem muitos aspectos, e um dos principais é o de motivar a sociedade e, sobretudo, a juventude, a olhar o esporte como um fator de integração social e de promoção da saúde. O esporte tem esse apelo, e vamos aproveitar o período que antecede os dois eventos para preparar iniciativas que ampliem as possibilidades de acesso da população à prática esportiva em todo o País. A realização do Mundial e das Olimpíadas também oferece uma excelente oportunidade para mostrar ao mundo as recentes conquistas do Brasil como sociedade e para receber não apenas os amantes do esporte de todos os



continentes, mas também atletas, profissionais de diversas áreas e investidores, com a hospitalidade e com o carinho que costumamos dispensar a quem nos visita.

Jornalista: O que é que Portugal tem a ganhar com o fato de o Brasil estar tão na moda?

Presidente: Portugal tem muito mais a ganhar com o atual momento do Brasil, mas o fato é que as empresas portuguesas que incluíram nosso País no seu roteiro de internacionalização já se beneficiam da vitalidade da economia brasileira desde a década de 90. Os ganhos de escala possibilitados pelo dinamismo do mercado interno brasileiro são um elemento que nenhuma empresa pode desprezar, e isso muitos investidores portugueses souberam perceber muito bem. Mas o atual ritmo de crescimento, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a preparação para o Mundial de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016 oferecem novas e múltiplas oportunidades para os investidores e homens de negócios que ainda não despertaram para o Brasil.

Além disso, para o cidadão comum, que já constitui um contingente importante dos turistas internacionais que visitam anualmente o Brasil, vai ser um grande privilégio poder acompanhar um Mundial e uma Olimpíada em português, num país irmão e com referências comuns que vão muito além do idioma e da história. Para os portugueses, vai ser como estar em casa, até porque muitos já fizeram do Brasil o seu destino preferido nas férias do verão europeu, época em que os dois eventos vão acontecer.

Jornalista: Qual é a importância de Portugal para o Brasil? Como vê os investimentos portugueses? Gostaria de ter mais laços com a lusofonia, nomeadamente com Angola – a Petrobras já mostrou interesse em parcerias?



Presidente: Aos nossos laços históricos e à importância histórica de Portugal para nós agregamos nos últimos anos novas parcerias, e aí posso destacar o aumento da presença humana e cultural brasileira em Portugal, assim como os laços econômicos reforçados a partir de investimentos de empresas portuguesas no Brasil e brasileiras em Portugal. Eu sei que os fenômenos migratórios no mundo atual, como o que ocorreu a partir da década de 80 de brasileiros rumo aos Estados Unidos e à Europa, e a Portugal, em particular, não estão livres de tensões, de choques culturais e de preconceitos contra os imigrantes. Mas considero que já superamos boa parte dessas incompreensões no caso português.

Um processo semelhante de fortalecimento das relações políticas e diplomáticas está ocorrendo na relação do Brasil com os demais países lusófonos, e Angola é um país essencial nessa aproximação. Angola apresenta grandes oportunidades para os investidores brasileiros, várias delas já estão sendo aproveitadas, mas ainda há muitos espaços de parceria a serem desenvolvidos.

A Petrobras está presente em Angola desde 1979. Nos últimos anos, aumentou substancialmente seu nível de atividades no país e hoje participa da operação de seis blocos *offshore*. Em parceria com a Sonangol, descobriu recentemente petróleo em águas profundas angolanas. Em Moçambique, a Petrobras está instalada desde 2006. Ali mantém investimentos em atividades de exploração e de pesquisa, e cooperação com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique.

Jornalista: A Cimeira de Copenhague sobre as Alterações Climáticas, promovida pelas Nações Unidas, é já em dezembro. Tem sido reafirmado que o Brasil tem matérias-primas e tecnologias amigas do ambiente, a propósito das taxas de impostos sobre o álcool impostas por países terceiros. Em termos



de exploração dos seus recursos hídricos, o Brasil tem um dos maiores potenciais do mundo. Mas o sentimento generalizado é que a aposta está no petróleo. Qual é a posição do Brasil em relação às alterações climáticas?

Presidente: O Brasil trabalhou para construir uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e não abre mão dessa conquista. Para a Cúpula de Copenhague já definimos inclusive uma meta arrojada de redução nas emissões, entre 36% e 38,9%, que apresentaremos como compromisso e como a nossa contribuição concreta para conter o potencial destrutivo representado pelo aquecimento global. Estou pessoalmente empenhado na busca de consensos entre os líderes mundiais, e vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que a reunião de Copenhague produza resultados concretos. O Brasil vai à Dinamarca com uma proposta ousada de redução das emissões, como prova de seu compromisso, e tem ótimos resultados a apresentar tanto na participação de fontes renováveis na sua matriz energética quanto no combate ao desmatamento.

No dia 23 de setembro, eu fiz um pronunciamento nas Nações Unidas, assumindo o compromisso de, até 2020, reduzir 80% do desmatamento da Amazônia. Somente este ano – e a imprensa registrou isso há poucos dias – nós já reduzimos a área de queimadas de 12 mil e 900 quilômetros para 7 mil quilômetros. Ou seja, este ano nós atingimos a meta prevista para 2014.

Além disso, é importante lembrar que o Brasil tem grandes avanços a mostrar em matéria de biocombustíveis. O uso de 25% de etanol na mistura com a gasolina utilizada no Brasil é um exemplo, e também o fato de que já há algum tempo os carros produzidos no País são *flex-fuel*, ou seja, podem rodar tanto com gasolina como com etanol. Essas conquistas representam um impacto muito positivo em matéria de emissões.

A descoberta das reservas de petróleo do pré-sal não altera esse compromisso. Exploraremos esse recurso com a preocupação de agregar valor



ao petróleo, para evitar que nos tornemos simples exportadores de óleo cru, e de ampliar a participação das fontes renováveis na matriz energética.

Jornalista: Considera-se um dos homens mais poderosos do mundo?

Presidente: Considero-me um brasileiro privilegiado e honrado pela oportunidade de presidir meu país. Foram, até o momento, quase sete anos de muito trabalho e também de muitas alegrias. Assim como as classificações elogiosas sobre o Brasil, recebo avaliações simpáticas ou favoráveis a mim com satisfação. Mas trato de manter o foco no muito que ainda devemos fazer pelo progresso do Brasil. Tivemos grandes avanços mas não há razões para sermos complacentes, temos muito trabalho pela frente.

Jornalista: Já sabe o que vai fazer depois de abandonar a presidência do Brasil?

Presidente: Sinceramente, é claro que já pensei no assunto algumas vezes, mas ainda não cheguei a uma conclusão. Mas não dedico muito tempo a isso, estou muito concentrado nas tarefas que tenho pela frente como Presidente até o final do meu mandato. Ainda tenho mais de um ano de mandato, e no ano que vem terei a satisfação de inaugurar muitas obras e de ver os resultados de muitas iniciativas que melhoram, na prática, a vida dos brasileiros, como o “Minha Casa, Minha Vida”, que construirá 1 milhão de novas moradias até o final de 2010, e o Programa Luz para Todos, que leva a energia elétrica e os benefícios do progresso para a área rural e comunidades distantes dos grandes centros urbanos, onde havia cerca de 3 milhões de casas sem energia elétrica. Já atendemos 2,2 milhões de residências e até o final do meu mandato, as 800 mil restantes serão atendidas.



Esse programa é uma revolução na vida das pessoas e tem grande impacto positivo na vida de brasileiros até então esquecidos, com um detalhe fundamental: a ligação não custa um centavo para o usuário. Tem ligações que custam até US\$ 4 mil e nós fazemos de graça. As pessoas pobres não pagam nada. Pois bem, nós chegamos a 2 milhões e 200 mil casas em todo o interior do País. Eu vou dar um número para mostrar o que isso significa: nós usamos 906 mil quilômetros de fios, o que daria para enrolar a Terra 21 vezes. Nós colocamos, utilizamos, para esse Programa, 7 milhões e 474 mil postes; nós utilizamos 790 mil transformadores. Isso, gerando emprego no local, produzindo as coisas lá no local. Por conta disso, o povo que recebeu a energia comprou 1 milhão e 578 mil televisores; 1 milhão e 470 mil geladeiras; 998 mil aparelhos de som; fora liquidificador, fora ventilador, fora todos os eletrodomésticos. E a cidade e a indústria ganharam, além do aumento da capacidade da produção agrícola deles.

Jornalista: A escolha da sua ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para o suceder, é pessoal?

Presidente: A escolha é política e oferece a garantia de continuidade do nosso projeto para o País e das obras e programas que estamos realizando, com grande ênfase no desenvolvimento social e na diminuição das desigualdades, tanto as sociais quanto as regionais. Dilma Rousseff está à frente do Programa de Aceleração do Crescimento, que lançamos no segundo mandato e que representa um total de investimentos de US\$ 240 bilhões na ampliação da infraestrutura e na melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros. Demonstrou toda sua capacidade como gestora e toda sua sensibilidade política como líder desse programa prioritário para o Governo, e tenho a convicção de que fará um excelente governo, se for escolhida pelo povo brasileiro nas eleições do ano que vem. Lutarei ao lado dela para que isso



aconteça, porque vejo na Dilma a melhor alternativa para o País. Sua experiência acumulada como parte de nossa equipe desde o início, em 2003, e sua identidade com nosso projeto para o País asseguram que continuaremos a crescer e a diminuir as desigualdades sociais e regionais ainda existentes.

Jornalista: Todos os indicadores apontam para uma situação econômico-financeira do Brasil bem melhor que do resto do mundo. Como é que o Brasil está a aproveitar esta vantagem comparativa para resolver os seus problemas sociais, nomeadamente na redistribuição da renda?

Presidente: A vantagem comparativa não caiu do céu, foi construída a partir de uma visão clara do nosso governo, de que a inclusão social é investimento, é fator de crescimento. Desde o início da minha gestão nunca perdi isso de vista, e adotamos programas ousados e inovadores de redistribuição de renda. No meu discurso de posse, em 2003, prometi perseguir o objetivo de que todo o brasileiro pudesse fazer três refeições diárias, e não me esqueço desse compromisso. O fato de que cerca de 30 milhões de brasileiros superaram a linha da pobreza nesses últimos sete anos foi a resposta do governo a esse desafio, e que gerou um efeito multiplicador extraordinário na economia real. O ingresso desses 30 milhões de brasileiros no mercado de consumo em vários setores deu um forte impulso à economia real, e seguramente reforçou a capacidade de resposta da economia brasileira à crise.

Nos anos 70, quando o Brasil crescia anualmente a taxas chinesas, a desculpa para não redistribuir a renda era a de que era preciso fazer crescer o bolo antes. A história demonstrou que o bolo cresceu e a concentração de renda cresceu ainda mais, com impacto social muito negativo. Nunca acreditei e sempre lutei contra essa tese mentirosa. O desempenho econômico recente do Brasil prova que não só é possível, mas que também é o melhor caminho



combinar crescimento econômico e inclusão social por meio de programas de redistribuição de renda.

Jornalista: A sua aposta é numa economia mais regulada? Acha que essa foi uma das razões porque o Brasil evitou consequências mais graves da crise econômica e, sobretudo, financeira internacional?

Presidente: Outra tese falsa contra a qual sempre lutei era a de que o mercado era virtuoso e o Estado representava apenas entraves, burocracia e desperdício. A atual crise mundial destruiu esse discurso, porque a falta de regulação teve responsabilidade direta na catástrofe, e a primeira coisa que fizeram os sábios do mercado, os filósofos do Consenso de Washington, foi correr atrás da proteção do Estado para salvar a própria pele. Sim, o mesmo Estado que só atrapalhava foi convocado a pagar a conta do descontrole especulativo patrocinado por esses senhores, responsáveis pela montagem de uma espécie de cassino global, no qual papéis e somas milionárias eram movimentadas sem que para isso fosse produzido um bem sequer, um sapato, um automóvel, um caderno ou um lápis.

O Brasil evitou as consequências mais graves da crise porque construiu fundamentos econômicos sólidos, mas também porque manteve uma regulação responsável do sistema financeiro. Como resultado, não ficamos vulneráveis ao contágio da crise. Além disso, quando o crédito desapareceu no mundo, pudemos contar com um sistema de bancos públicos sólido, que teve papel fundamental no restabelecimento do crédito e na normalização da atividade econômica. Países que não contavam com bancos públicos fortes tiveram muito mais dificuldades para enfrentar a paralisia econômica resultante da escassez do crédito.



Jornalista: Faz sentido substituir o dólar por uma outra moeda de pagamento no sistema internacional? Qual ou como?

Presidente: Na prática, com a criação e a consolidação do euro, já começou a haver uma diversificação em matéria de moedas, e a força de outras moedas, como o yuan chinês, vem reforçando essa tendência. Mas falar em substituição do dólar me parece exagerado. O que me parece natural é que essa tendência de diversificação se mantenha no cenário internacional.

Em matéria de comércio com parceiros estratégicos, o Brasil vem avaliando a viabilidade técnica de oferecer o uso de moedas locais como alternativa nas operações de exportação e importação. É uma forma de baratear as operações, ao dispensar os custos da intermediação cambial pelo dólar. Essa experiência já está em funcionamento no comércio do Brasil com a Argentina, e os resultados são animadores. Por esse motivo também propus ao presidente chinês Hu Jintao que Brasil e China estudassem a viabilidade de adotar mecanismo semelhante. Este ano a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, e minha proposta vai no mesmo sentido da tendência da diversificação no uso de moedas no sistema internacional, principalmente quando o objetivo é o de baratear operações de comércio.

Jornalista: A crise financeira obrigou muitos países a proceder às nacionalizações. Os EUA são um bom exemplo. O presidente Lula resistiu às nacionalizações, mas também é bem conhecido o seu pensamento sobre o assunto. Essa resistência foi por convicção ideológica ou não?

Presidente: Como todos sabem, durante a década de 90 o Brasil promoveu um processo acelerado de privatizações. Na época, estava na oposição e discordei de muitas delas. Continuo a discordar, mas ao assumir a Presidência tinha a convicção de que fui eleito para governar olhando para o futuro, e não



para o passado. Por isso não dediquei tempo a revisar decisões tomadas na gestão anterior, mesmo tendo a convicção de que o Estado poderia ter continuado a administrar várias das empresas privatizadas.

Jornalista: Com a descoberta do pré-sal houve uma reavaliação das condições para a exploração de petróleo, nomeadamente com a imposição de a Petrobras ficar no mínimo com 30% ou a questão da capitalização em espécie. Muitos analistas consideram essas medidas como uma nacionalização. Foi uma nacionalização?

Presidente: A resposta é clara: não houve o que vocês chamam em Portugal de nacionalização, e o que chamamos no Brasil de estatização. Sinceramente, não sei a que analistas você se refere, porque nem a imprensa internacional e muito menos a imprensa especializada e as empresas demonstraram qualquer contrariedade com o anúncio do regime de exploração do pré-sal. Desde então, em diferentes eventos, encontrei os principais executivos de algumas das maiores empresas mundiais do setor, e não ouvi deles qualquer queixa. Pelo contrário, inclusive em declarações públicas, eles, que conhecem bem o negócio do petróleo, demonstraram ter entendido como natural a mudança do regime de concessão pelo de partilha. Além disso, o interesse manifestado pelas empresas internacionais no pré-sal ao longo dos últimos meses também desmente essa avaliação. O motivo para o interesse das empresas é simples: o regime de partilha é adotado pela grande maioria dos países do mundo que tem grandes reservas com baixo risco exploratório, e o petróleo do pré-sal representa exatamente esse quadro.

Além disso, respeitamos todos os compromissos assumidos anteriormente, inclusive em áreas do pré-sal que já tinham sido licitadas. Com isso, os dois regimes vão coexistir, e nenhum direito foi afetado pela mudança. A proposta do Governo é resultado de uma reflexão interna e de um trabalho



cuidadoso com o objetivo de assegurar que boa parte dessa riqueza seja utilizada em favor da melhoria das condições de vida dos brasileiros, mas sem qualquer atropelo aos direitos das empresas que já tinham blocos licitados sob o regime de concessão.

Estudos aprofundados orientaram o debate interno, que levou em conta todos os fatores envolvidos na exploração de uma descoberta dessa magnitude. Foram levados em conta tanto os antecedentes históricos como o cenário internacional, bem como o desafio tecnológico a ser enfrentado e a necessidade de investimentos compatíveis com a tarefa que temos pela frente.

O pré-sal oferece uma oportunidade histórica, que pode dar impulso a grandes transformações no Brasil. Mas, para que a chance seja bem aproveitada, era fundamental um marco regulatório adequado. Por esse motivo optou-se pelo modelo de partilha para as novas áreas. Manter o modelo anterior de concessões, apropriado para blocos de grande risco exploratório, seria um erro imperdoável.

O novo modelo proposto aplica-se ao futuro, e isso significa que, na prática, existirá no Brasil um modelo misto, com as áreas já licitadas dentro do regime de concessões e as novas áreas do pré-sal e estratégicas no regime de partilha, segundo proposta que encaminhamos ao Congresso Nacional.

(\$31DHKM)